



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, TERÇA-FEIRA, 27 DE AGOSTO DE 2013

DÉFICIT

Sergipe precisa de 53 leitos de UTI

Sergipe possui hoje um déficit de 53 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Foi o que constatou a promotora da saúde do Ministério Público Estadual (MPE), durante audiência pública realizada na manhã de ontem, segunda-feira, 26. A audiência foi convocada de última hora, pois no último final de semana pacientes de média e baixa complexidade que superlotaram o pronto-socorro do Hospital de Urgência de Sergipe (HUSE). “Com essa carência não se está conseguindo prestar a assistência devida, principalmente aos pacientes críticos. Outro grave problema é a questão do oficiamento do que realmente são as unidades Fernando Franco e Nestor Piva, pois até hoje não se sabe o que elas são e como realmente devem atuar”, pontuou a promotora Euzá Missano.

Ainda de acordo com a promotora, os autos agora irão retornar para avaliação de tudo que foi apresentado em audiência, para que as medidas cabíveis - sejam elas judiciais e extrajudiciais - possam ser tomadas. Uma nova audiência será realizada para que o comitê de urgência seja formado, mas



André Moreira

PROMOTORA Euzá Missano conduziu audiência sobre falta de leitos

isso ainda não tem data para acontecer.

“O que queremos é garantir o fluxo desses pacientes com a rede, para que eles sejam atendidos, nas unidades do município. Já os pacientes críticos terão que ser estabilizados no HUSE, mas a medida prevê que no prazo de 24h eles tem que ser encaminhados para os leitos de retaguarda, seja no Huse ou no Cirurgia. O que não pode é o paciente ficar estagnado, sem a assistência devida e

podendo inclusive evoluir a óbito. Já a votação da comissão precisa ser feita de maneira democrática e com a participação de todos, por isso iremos agendar a audiência para um dia propício, que ainda será definido”, explica Dr. Euzá.

Quanto à questão das unidades de saúde, Fernando Franco e Nestor Piva, a promotora relata que já solicitou a identificação jurídica de sua natureza. “Ou seja, elas precisam informar se são UPAs ou unidades

de básicas de saúde, porque se forem classificadas como UPAs elas têm que fazer essa assistência aos pacientes de baixa e média complexidade e o acolhimento do paciente crítico, que é levado pelo Samu. Além disso, elas precisam garantir leitos de retaguarda para que possam receber esses pacientes após a estabilização no Huse, por exemplo. Outra questão que estamos tentando resolver é a otimização da contratação de hospitais de retaguarda para que os pacientes não críticos não sofram sem ter uma assistência eventual”, declarou a promotora.

Para tentar otimizar o serviço a coordenadora de Atenção Hospitalar e de Urgência da Secretária Estadual de Saúde (SES), Márcia Guimarães, informou durante a audiência que a central de regulação estadual ainda será implantada ainda esse mês. “Essa implantação está prevista para acontecer no próximo dia 30 deste mês, para que essa precarização nos serviços de atendimento a assistência básica seja reduzido, pois hoje existe um elevado índice de internação desse tipo de doença”, relatou.